



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 12 de julho de 2025

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,41% São Paulo	139.489 8/7 9/7 10/7 11/7	R\$ 5,547 (+ 0,04%)	7/julho 5,477 8/julho 5,445 9/julho 5,502 10/junho 5,545	R\$ 1.518	R\$ 6,483	14,90%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24

## COMÉRCIO EXTERIOR

# Setores já sentem efeitos de taxaço

Na aquicultura, pelo menos 58 contêineres de pescado que seriam vendidos nos EUA tiveram que voltar para o Brasil

» RAPHAEL PATI

O setor produtivo corre contra o tempo antes de 1º de agosto, quando o governo dos Estados Unidos prometeu iniciar a taxaço de 50% sobre todos os produtos brasileiros importados pelo país. Nesse contexto, alguns setores serão mais afetados e já começam a sentir os efeitos do anúncio feito nesta semana por Donald Trump, em carta enviada ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Um dos setores mais afetados é o da aquicultura e da pesca. Cerca de 70% das exportações brasileiras deste segmento são direcionadas aos Estados Unidos todos os anos, o que revela o tamanho da dependência ao mercado norte-americano. Até ontem, pelo menos 58 contêineres de pescados que seriam vendidos nos EUA tiveram que voltar para o Brasil, visto que empresas norte-americanas cancelaram contratos com indústrias brasileiras, devido ao aumento tarifário.

O levantamento foi realizado pela Associação Brasileira das Indústrias de Pescado (Abipesca). A diretora de Processamento e Comercialização da entidade, Anielia Banat, explica que, em média, um navio com esse tipo de produto leva 25 dias para sair do Brasil e chegar aos EUA. Com a proximidade da incidência das alíquotas, ela conta que o setor busca entender qual seria a data de cobrança da nova tarifa — se no próprio dia 1º, ou se seria no momento da chegada — além da preocupação com a competitividade do produto no mercado externo.

"Nem mesmo os importadores americanos têm uma informação completa sobre quando seria o começo dessa tarifa. Então vários pedidos foram cancelados. Até agora, foram 58 contêineres que retornaram diante desse cancelamento e

Acervo Abipesca



Abipesca pede ao governo brasileiro para que, pelo menos, consiga estender o prazo da implementação das tarifas para até 90 dias

tudo isso está em um ambiente de incerteza. A gente não tem uma rota de escoamento", disse a diretora.

Com mercado fechado para a União Europeia desde 2018, a entidade avalia que há poucos caminhos para contornar a crise em um primeiro momento. Mas pede ao governo brasileiro para que, pelo menos, consiga estender o prazo da implementação das tarifas para até 90 dias, com o objetivo de estabelecer novas negociações, tanto com os EUA como com outros países.

"Esses produtos ficarão nos estoques de armazenagem das empresas até que se busque um mercado alternativo. A construção de uma nova demanda não acontece da noite para o dia. A nossa preocupação está em como nós vamos direcionar a essas exportações que iriam para os EUA", acrescenta Banat.

Além do pescado, o café também deve ser muito prejudicado com o aumento tarifário. Os EUA são os maiores consumidores do café brasileiro, além de ser

o país que mais consome o produto no mundo. Diante dessa situação, o setor manifesta preocupação com o aumento da concorrência de outros países, como Vietnã e Nicarágua, que antes tinham tarifas maiores que a do Brasil e passam a ter alíquotas mais baixas.

O diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos, avalia que o país precisa tratar o assunto de forma mais pragmática e que gere benefícios no fluxo do

comércio, comparando com casos recentes, como o acordo que está sendo feito com México e Canadá, além da negociação com o Vietnã, que resultou em uma tarifa menor para o país asiático.

"E o trabalho que a National Coffee Association (entidade americana) nos bastidores, com o governo de Washington, demonstrando os efeitos positivos, buscando esse entendimento, está sendo liderado pelo Cecafé no Brasil, com empresas norte-americanas, com associações, e nós vamos

também ajudar o governo brasileiro a criar negociações e uma agenda positiva para evitar esses impactos", destaca.

Se for confirmada, a tarifa de 50% também deve afetar significativamente a indústria da mineração nacional. Em 2024, os EUA responderam por 4% das compras de minérios do Brasil e são, atualmente, o 12º maior importador de minérios do país em toneladas, com destaque para ouro; rochas ornamentais; ferro (0,7%); caulim (18,3%); e nióbio (7,1%).

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa o setor no país, informou que tem mantido consulta junto às mineradoras associadas para avaliar os possíveis impactos. "A conclusão é que essa imposição unilateral, sem embasamento técnico ou econômico convincente, fere o ambiente de negociação que tem se perpetuado no comércio internacional de minérios, razão pela qual este Ibram apresenta publicamente seu repúdio à atitude do governo norte-americano, e espera que tal anúncio não se concretize", frisou.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, a serenidade deve prevalecer neste momento. Ele reforça o discurso do governo federal de que não haveria fato econômico que justificasse a tarifa aplicada e relembrou que a balança comercial com os Estados Unidos tem sido deficitária ao longo dos últimos anos, inclusive no primeiro semestre de 2025, quando o déficit alcançou US\$ 1,7 bilhão de dólares.

"Para o setor produtivo brasileiro, o mais importante nesse momento é intensificar as negociações e o diálogo para reverter essa decisão o mais rápido possível, que o equilíbrio, o diálogo técnico prevaleçam com a parcimônia e a determinação.

# Para Fazenda, impacto no Brasil será menos danoso

Diogo Zacarias/MF

O secretário de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, avaliou que a elevação na tarifa de importação dos Estados Unidos para o Brasil de 10% para 50%, anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pode ter efeitos menos intensos do que o esperado na economia brasileira. Durante entrevista coletiva em que detalhou os dados do Boletim Macroeconômico, divulgado ontem, Mello observou que o país, hoje, é menos dependente dos Estados Unidos.

Mello destacou que o impacto de uma possível manutenção dessas tarifas a partir do dia 1º de agosto seria menor do que há 20 anos, por exemplo, considerando que houve uma redução da participação dos Estados Unidos nas exportações brasileiras.

"O Brasil diversificou muito a sua pauta exportadora e os seus parceiros comerciais, mas mais do que isso, a característica dos produtos que nós exportamos para os Estados Unidos também permite uma realocação de mercados mais fácil, por serem, em sua maioria,

produtos básicos, que têm demanda nos mais diversos mercados", argumentou o secretário.

A depender de uma série de fatores, Mello avalia que pode haver deflação (queda de preços) em determinados itens. "Claro que há uma incerteza e uma fricção no curto prazo, mas também há vetores deflacionários importantes que podem advir dessa inesperada e inexplicável tarifa de 50% que os Estados Unidos impuseram às exportações brasileiras", disse o secretário.

Mello citou produtos como carne, café e suco de laranja, que são amplamente exportados para os Estados Unidos, para argumentar que, diante de um aumento das tarifas de importação, poderia haver um aumento de oferta no mercado interno, o que poderia reduzir os preços dentro do país. "O fato desses produtos, caso mantidas as tarifas, terem maior dificuldade de serem exportados, também podem significar uma maior oferta no mercado doméstico e terem efeitos deflacionários para esses produtos que, nos últimos meses, foram produtos que têm pressionado, por



Para o secretário Guilherme Mello, os preços poderão cair no país

exemplo, a alimentação", avaliou. Além disso, a tendência é de que o dólar perca força frente a outras moedas, o que também contribui para a desaceleração da inflação.

O secretário ressaltou, no

entanto, que alguns setores pontuais poderão sofrer. "Mantidas as tarifas, alguns setores podem sofrer mais, dado que são setores com produtos tecnologicamente avançados, com demanda específica."

## Projeções

As projeções que constam do Boletim Macroeconômico, divulgado ontem, não consideram os possíveis efeitos do tarifaço, que deverá passar a valer a partir do dia 1º de agosto. O documento mostra que o Ministério da Fazenda elevou as expectativas de crescimento econômico para 2025. O governo trabalha, agora, com uma estimativa de crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no acumulado do ano. A projeção anterior era de avanço de 2,4%.

De acordo com o relatório, a revisão do PIB está relacionada, principalmente, ao aumento mais forte na criação de empregos no segundo trimestre. Nesse contexto, o aumento na expectativa de consumo das famílias nos próximos meses também entra nesta balança, mesmo com a taxa de juros ainda em patamares mais restritivos, a 15% ao ano.

A equipe também espera um crescimento maior da agropecuária neste ano, levando em consideração o aumento,

também, nas estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para produção de milho, café, algodão e arroz até o final do ano.

Para 2026, a SPE projeta um crescimento próximo a 2,6%. No segundo semestre, especificamente, a expectativa é de desaceleração da economia para 0,6%. Enquanto se espera uma retração do PIB agropecuário, levando em consideração os efeitos sazonais da safra, o ritmo de atividade na indústria e nos serviços deve aumentar no terceiro trimestre, em relação ao período anterior.

No mesmo boletim, a SPE também revisou a projeção da inflação. Para 2025, a equipe econômica espera que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumule 4,9% nos 12 meses do ano. "A mudança reflete a inflação abaixo da esperada nos meses de maio e junho, além de revisões no cenário à frente devido principalmente à menor cotação projetada para o real frente ao dólar", explica a Fazenda. (RP)